Fundação Cultural De Joinville

T

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

Publicação semestral – Novembro de 1990 – Nº 7

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE
Rua Hermann August Lepper, 65 Caixa Postal D-100 Fone: (0474) 22-2154 - 89200 Joinville - SC

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

Novembro de 1990 Nº 7

ÍNDICE

Pág.

Projeto "Intercâmbio de Informações entre o Arquivo Histórico de Joinville e a República Federal da Alemanha" 3

Lista de Imigrantes 7

A literatura da imigração alemã de Santa Catarina 10

Família Heinzelmann – 100 anos em Joinville 13

A Escravidão no Brasil 16

Relatório 21

Quem está pesquisando o que? 28

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
Prefeito - Luiz Gomes

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE
Presidente - Moacir G. Thomazi

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE
Diretor - Apolinário Ternes

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE - AHJ
a. 1, n. 1, out./83 – Joinville, 1983

SEMESTRAL

I. Joinville – História – Periódicos
CDU 908 (816.42J) (05)
CDD 981.64005

PROJETO "INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES ENTRE O ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE E A REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA"

MARIA THEREZA BÖBEL

Em dezembro de 1987, o Arquivo Histórico de Joinville encaminhava à Embaixada da República Federal da Alemanha em Brasília, através da Fundação Cultural de Joinville, uma proposta de projeto para intercâmbio de informações, dentro do acordo firmado em 1986 por ocasião da 1ª Reunião da Comissão Mista Cultural Brasil-RFA. Este projeto tinha por objetivo efetuar um levantamento, nos arquivos alemães, da documentação referente à emigração alemã para o Brasil, mais especificamente para o sul, e à colonização. Esta documentação seria microfilmada e os microfilmes colocados à disposição dos interessados no Arquivo Histórico. Em contra-partida, complementar o acervo do Arquivo Estadual de Hamburgo (igualmente com microfilmes) com a documentação da "Sociedade Colonizadora de Hamburgo de 1849" e "Sociedade Hanseática de Colonização" (responsáveis pela fundação e desenvolvimento de Joinville) e constante do Acervo do Arquivo Histórico. O projeto, aprovado em Bonn no decorrer de 1988, pelo Ministério das Relações Exteriores, previa quatro etapas:

- A estada em Joinville, durante 1 mês, de um pesquisador designado pelo Arquivo Estadual de Hamburgo (Staatsarchiv Hamburg), encarregado de selecionar a documentação de interesse para aquela instituição. Este trabalho foi executado pelo Dr. Klaus Richter, Diretor de Departamento naquele órgão, sendo a documentação selecionada e posteriormente microfilmada.
- Nossa viagem à RFA, por um período de 3 meses, para efetuar o levantamento da documentação de nosso interesse, depositada em diversos arquivos e bibliotecas alemãs. O roteiro incluiu Hamburgo, Bremen, Bonn, Frankfurt, Stuttgart, e Berlim Ocidental, lista à qual acrescentamos Hannover e Göttingen.
- Pagamento dos microfilmes por nós encomendados nas diversas instituições.
- Instalação de laboratório de restauração no Arquivo Histórico de Joinville.

Foi para nós uma experiência única poder trabalhar com Dr. Richter, diplomado em História pela Universidade de Hamburgo, em Inglês pela Universidade de Cambridge, e Arquivista pela Escola Superior de Arquivística de Marburgo. Durante sua estada em Joinville, além de executar a seleção da documentação, prestou valioso auxílio ao Arquivo Histórico, orientando-nos sobre o arranjo de nossos cinco principais fundos, quatro dos quais ligados ao processo de imigração e colonização de Joinville e região.

O ponto inicial (e principal) de nossa pesquisa foi Hamburgo, onde passamos 30 dias, divididas entre o Arquivo Estadual e a Biblioteca da Câmara de Comércio (Commerzbibliothek). No primeiro, pesquisamos o material referente ao consulado Hamburguês em Dona Francisca, Senado e Secretaria de Emigração. Cabe aqui nosso agradecimento todo especial ao Dr. Loose, Diretor do Staatsarchiv, que nos recebeu de maneira extremamente amável, facilitando sobremaneira nosso trabalho, e ao Dr. Richter, que além de coordenar o projeto na RFA, apresentou-nos a todas as instituições que deveríamos visitar. Graças à nossa condição de cooperadoras do projeto, pudemos gozar do privilégio de

uma sala particular, verdadeiro luxo num arquivo ou biblioteca alemã, bem como trabalhar fora do horário de expediente ao público. O mesmo aconteceu na Biblioteca da Câmara de Comércio, onde consultamos relatórios do Consulado em Dona Francisca, e jornais de meados do século XIX e início do século XX, dirigidos aos emigrantes. Vale acrescentar que toda esta documentação era, em sua grande maioria, manuscrita em gótico, o que, aliada à ortografia alemã do século passado, exigia de nossa parte redobrada atenção na leitura dos textos.

No Arquivo Estadual de Bremen (Staatsarchiv Bremen), havia pouco material sobre a emigração para o Brasil, já que os navios de emigrantes que partiam do porto de Bremen (em Bremerhaven, a 80 quilômetros de Bremen, na foz do rio Weser), destinavam-se principalmente aos EEUU; mesmo assim, encontramos relatórios e cartas que faziam referência ao Príncipe de Joinville e sua intenção de colonizar as terras dotais da Princesa Dona Francisca. Como ficamos hospedadas em casa de amigos, em Bremerhaven, aproveitamos a ocasião para conhecer uma fundação empenhada na criação do Museu do Imigrante, naquela cidade. O Dr. Wagner e o Prof. Rudloff mostraram-nos as dependências do futuro museu: será instalado no prédio de uma hidráulica desativada, construído no início do século, tombado e em processo de restauração. Lá fomos entrevistadas pelo jornal "Nordsee-Zeitung", que publicou interessante matéria sobre o motivo de nossa visita à RFA, convidando os leitores que porventura tivessem carta de parentes emigrados para o Brasil a doarem estas cartas ao Arquivo Histórico. O resultado foi surpreendente, recebemos vários telefonemas de pessoas pedindo informações sobre como localizar parentes no Brasil, e doação de muitas cartas. O Prof. Rudloff presenteou-nos ainda com farto material publicado pela fundação, e pudemos sentir a alegria com que receberam pela primeira vez a visita de uma brasileira e o interesse em estabelecer contato com instituições congêneres.

A cidade seguinte foi Bonn, onde freqüentamos o Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores (Politisches Archiv des Auswärtign Amtes). Surpreendeu-nos a quantidade de material, é bem verdade que recente (a partir do início do século): relatórios e correspondência referente à ajuda da Alemanha à Escola Alemã em Joinville (Deutsche Schule), entre outras escolas, igrejas, hospitais; Sociedade Hanseática de Colonização, a nacionalização no Brasil e suas conseqüências nas cidades de colonização alemã, a perseguição aos alemães e seus descendentes, nazismo, colônias de internamento de perseguidos políticos, etc. E o reatamento das relações com o Brasil, após a 2ª Guerra, incentivos ao ensino da língua alemã, relatórios de viagens do Cônsul pelo sul do país, a recepção nas diversas cidades, etc.

Em Frankfurt, pouco havia no Arquivo Federal do Ministério das Relações

Exteriores (Bundesarchiv Aussenstelle Frankfurt/Main), apenas leis que regulamentavam a migração entre os vários reinos e principados da Alemanha do século passado, e a emigração.

Em Stuttgart, pesquisamos na Biblioteca do Instituto para Relações Exteriores (Institut für Auslandsbeziehungen), que tem enorme acervo de obras, jornais e trabalhos publicados em alemão no exterior ou sobre o exterior. Aproveitamos a oportunidade para ir a Heidelberg, onde visitamos, na Biblioteca Universitária, a exposição "Brasiliana – do 'país das Amazonas' ao Império", em que pela primera vez foram expostas obras pertencentes à "Biblioteca do Brasil", reunidas nos últimos 25 anos pela firma Robert Bosch GmbH, de Stuttgart. Os livros escolhidos conduziam o visitante pelos caminhos da descoberta, conquista e desenvolvimento do Brasil até o Império, suprimido pela República em 1889. Preciosos atlas, estampas, fotografias antigas, assim como os manuscritos e desenhos provenientes do espólio do Príncipe Maximilian zu Wied-Neuwied, que viajou pelo Brasil de 1815 a 1817, davam uma impressão da história e cultura brasileiras. Além disso, as obras mostravam a visão dos europeus sobre o Brasil e seu povo. Alguns dos temas apresentados foram: o contato dos europeus com o "Novo Mundo", a catequese dos índios, o desenvolvimento da literatura, a pesquisa científica e apresentação artística do país no século XIX. Quase todas as obras expostas eram edições originais; pudemos admirar a "Epistola de Insulis Indie supra Gangem nuper inventis", ou seja, o relatório de Cristóvão Colombo sobre sua viagem às Índias (quando descobriu a América), editado em Roma em 1493, a carta de Amerigo Vespucci, de 1504, a "Verdadeira História..." de Hans Staden, editada em Marburgo em 1557, só para citar algumas das mais antigas. Havia obras de franceses como Jean de Lery e André Thevet, holandeses da época da invasão holandesa no nordeste, portugueses como Camões e Fernão Lopes de Castanheda, e a primeira obra impressa no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro em 1747, do Dr. Luiz Antonio Rosado da Cunha; paisagens do Brasil por Rugendas e Debret, e composições musicais como a "Abertura de concerto para grande orquestra", manuscrita, de Arthur Napoleão, entre outras obras de arte sobre nosso país. Seria por demais extenso citar todas as obras expostas, queremos apenas acrescentar que eram ao todo 180, sendo que o acervo da "Biblioteca do Brasil" conta com cerca de 1000 obras raras.

De Stuttgart fomos para Berlim Ocidental, onde pesquisamos, no Arquivo Central da Igreja Evangélica (Evangelisches Zentralarchiv), material sobre a designação dos pastores e suas atuações junto às comunidades, e a ajuda da Igreja às escolas, hospitais, construção de templos, etc.

Em Hannover, no Arquivo Estadual da Baixa Saxônia (Niedersächsisches Hauptstaatsarchiv) coletamos docu-

mentação sobre o 1º prefeito de Joinville, Dr. Johann Adolph Haltenhoff.

Em Göttingen, etapa final de nossa pesquisa, encontramos, na Biblioteca Universitária, para nossa surpresa, o livro de Léonce Aubé (1º diretor da Colônia e representante do Príncipe de Joinville) sobre a Colônia Dona Francisca, editado no Rio de Janeiro em 1860.

Toda a documentação coletada já está em grande parte no Arquivo Histórico de Joinville, em forma de microfilme; estamos procedendo agora a inventariação de cada microfilme, colocando o material à disposição dos prezados pesquisadores.

Esta foi a parte oficial de nossa viagem; resta comentar a impressão que nos causaram, não apenas os arquivos em si, os locais onde trabalhamos, mas um pouco da vida na RFA. Como ficamos, na maioria das cidades, hospedadas em casas de família, pudemos participar da vida do dia a dia do alemão e assim ver tudo com olhos diferentes do turista. Em Hamburgo, Bremen, norte da RFA enfim, as pessoas, talvez marcadas pelo clima áspero, chuvoso e frio, são em geral caladas, "de pouco papo", frias mesmo se comparadas ao brasileiro. Nos arquivos, o tratamento entre os colegas de trabalho é sempre muito formal e cerimonioso, como aliás todo o ambiente. Já mais ao sul, em Frankfurt e Stuttgart, tudo é mais alegre, descontraído. Seria como comparar o paulista e o carioca. Mas em tudo há a tradicional organização e disciplina alemãs. Ficamos impressionadas com a hospitalidade com que fomos recebidas, por famílias que não conhecíamos, que nos receberam de braços abertos. Igualmente com o profundo respeito mútuo. É o paraíso do pedestre, a conscientização da preservação da vida, da ecologia, ficam evidentes na vida diária. Trânsito barulhento, buzinas de carro ou cano de escape aberto são inadmissíveis, assim como incomodar o vizinho com os ruídos de uma mudança num final de semana. Encantou-nos a maneira como preservam suas cidades, as ruas têm os mesmos nomes há séculos (Praça do Mercado de Gansos ou Rua dos Fundidores de Sinos), vimos casas, tombadas, restauradas e em uso, com a idade do Brasil!

Agora a nota triste: nossa imagem lá fora. Pouco ou nada se conhece sobre o Brasil, somos um dos países do "Terceiro Mundo" para os quais se faz coleta de esmolas nas igrejas. Associam o país imediatamente à devastação da Amazônia, às favelas e ao drama da miséria e da fome. Ou samba e carnaval. Custavam a acreditar que fôssemos brasileiras, a primeira pergunta era sempre, incontinente: "Como sabe falar alemão?" ou "Há quanto tempo mora na Alemanha?". Tivemos dificuldades em fazer entender as dimensões continentais de nosso país, e as conseqüentes diferenças regionais. A imigração alemã no sul do país era desconhecida pela maioria, e que mantivéssemos ainda muitos dos hábitos e tradições, a própria língua, trazidos pelos colonizadores, causava espanto a todos. Gostaríamos de citar

ainda a nossa profunda emoção ao visitarmos em Wremen, ao norte de Bremerhaven, uma pequena igrejinha, no meio do antigo cemitério, onde um antepassado nosso foi pastor, e vimos seu brasão pintado na cadeira de honra dos pastores. Foi como "voltar para casa depois de 7 gerações". "Reatamos" igualmente as relações com alguns parentes, relações estas que estavam interrompidas há várias gerações.

LISTA DE IMIGRANTES

MARIA THEREZA BÖBEL
(Do Setor de Imigração do Arquivo Histórico de Joinville)

Em todos os tempos houve pessoas que tentaram a sorte em terras estranhas, principalmente no Novo Mundo, a partir do século XVI. Se para alguns era apenas o gosto pela aventura, para outros era a única solução para dominar a intolerância da igreja ou vencer a pobreza e a miséria. Enquanto que no decorrer do século XVII muitos emigraram para países europeus, no século XVIII o destino era principalmente a América do Norte.

Uma emigração diferente e de outras dimensões ocorreu na Alemanha, como conseqüência da má situação econômica das décadas de 40 e 50 do século XIX. A questão social criada pela industrialização, agravada pela depressão econômica e um acentuado crescimento demográfico, trouxe desemprego, salários baixos e, conseqüentemente o pauperismo. A solução para muitos continuava sendo a emigração, que atingiu seu auge no período de 1840 - 1857. Embora os EEUU ainda fossem o principal destino daqueles que não viam nenhuma perspectiva do progresso em sua terra natal, justamente nesta época o Brasil se oferecia como nova meta de emigração.

Em 1849, com a fundação, em Hamburgo, da "Hamburger Kolonisations-Verein von 1849" (Sociedade Hamburguesa de Colonização de 1849) e a aprovação dos estatutos da referida sociedade, que assumiu a tarefa de colonizar parte das terras dotais da Princesa Dona Francisca, irmã de D. Pedro II e casada com o Príncipe de Joinville (3º filho do Rei Luís Felipe da França), passou o sul do Brasil a chamar a atenção como ponto de fixação de emigrantes alemães, dado o seu clima ameno. Além disso, o Governo Imperial, interessado na colonização das extensas áreas de terra desabitadas, oferecia uma série de vantagens ao imigrante, que em pouco tempo podia se naturalizar, gozando de todos os direitos civis e de quase todos os direitos políticos do brasileiro nato.

A idéia de um clima que possibilitasse duas colheitas por ano, sem que fosse preciso fazer grandes provisões para os meses de inverno, tão longo nos países nórdicos, deve ter atraído muitos lavradores. Além disso, o movimento revolucionário de 1848, que varreu a Europa, contribuiu para que muitos perseguidos políticos, desejosos de ver concretizados seus sonhos de liberdade, viessem tentar a realização destes sonhos na recém-fundada Colônia Dona Francisca, hoje cidade de Joinville. Também os boatos de que os Príncipes de Joinville, banidos da França pelo referido movimento e exilados na Inglaterra, viriam estabelecer-se na colônia, atraiu muitas pessoas da classe média alta e da nobreza empobrecida. Este era o perfil dos imigrantes que constam nas listas de navios de emigração que partiam de Hamburgo, com destino à Colônia Dona Francisca e do registro de entrada de imigrantes, feito pelo Diretor da Colônia.

A importância da tradução de tais listas explica-se pelo fato de ser o Arquivo Histórico de Joinville um dos únicos do gênero que as possui em seu acervo. De 1851, desde a fundação da colônia, portanto, a 1902, correspondem a importantes dados sobre meio século de imigração, isto é, exatamente a época referente ao nascimento da cidade, quando foram lançadas as bases para seu futuro desenvolvimento. São listas manuscritas, na difícil letra gótica, com tinta ácida, que além de ficar cada vez mais esmaecida, destrói o papel no correr dos anos.

Muitos daqueles imigrantes, que na lista constam como lavradores, revelaram-se oficiais, juristas, professores; outros aliavam à condição de lavrador uma pequena indústria de fundo de quintal, visando atender às necessidades do mercado da época. Muitas destas indústrias deram origem a grandes empresas ainda existentes no parque fabril de Joinville, cognominada como "Manchester Catarinense".

Outro aspecto importante a considerar nesta tradução é o perfil sócio-econômico do imigrante. Citamos como exemplo os oriundos de Siblingen, no cantão Schaffhausen, Suíça, praticamente expulsos pela comunidade, que arcou com as despesas de viagem de pessoas consideradas indesejáveis justamente pelo seu pauperismo, pois este levaria à miséria, à mendicância e à marginalidade, colocando em risco a ordem e a segurança dos habitantes. A Sociedade Colonizadora de Hamburgo, inclusive, ressarciu a comunidade destas despesas, já que um dos itens do contrato firmado com o Príncipe de Joinville era fixar, anualmente, um determinado número de colonos na recém-fundada Colônia Dona Francisca. Estes imigrantes, ao se fixarem na nova pátria, cresceram e prosperaram, dando origem a tradicionais famílias joinvilenses, e com certeza aos seus descendentes, um destino bem diferente daquele que teriam se tivessem ficado na Suíça.

O cruzamento destas listas com os registros de matrimônio e óbito da Igreja da Paz, da Comunidade Evangélica de Joinville, possibilita acompanhar o crescimento dessas famílias, constituindo-se em importante ajuda a quem se dedica à genealogia não só para a elaboração de árvores genealógicas, tão em moda, mas para o próprio conhecimento das origens do joinvilense.

Com base nessas listas, diversos estudos podem ser aprofundados. Vários aspectos nos chamam a atenção, como por exemplo as profissões. A grande maioria emigrava como lavradores, já que o governo brasileiro dava preferência à mão-de-obra rural, mas alguns eram, além de lavradores, moleiros, carpinteiros, sapateiros, oleiros, profissões urbanas, portanto. Só a partir de 1865 - 1870 aparecem os primeiros técnicos mecânicos, maquinistas, operários. Entre as curiosidades, citamos um serrador de tábuas, um padeiro de hóstias, um pianista, que veio de Berlim, com a família, em 1873, e um comerciante de apenas 16 anos. As mulheres tinham seu estado civil registrado na coluna "profissão"; muito raras eram as que realmente tinham uma e nestes casos eram sempre parteiras, professoras ou criadas. Só no final do século apareceriam as primeiras operárias.

Ainda em relação às mulheres: mães solteiras ou mulheres sozinhas não eram admitidas a bordo, sem que um homem se responsabilizasse por elas. Isto não impediu que muitas mães solteiras emigrassem, em companhia do filho e do noivo, pai da criança. Comparando também os nomes de imigrantes solteiras com o registro de batismo da igreja, constata-se que muitas emigraram grávidas.

Em geral, o imigrante tinha até 45 anos, idade limite para que a passagem fosse subvencionada pela Sociedade Colonizadora. Mesmo assim, não são raros os imigrantes mais idosos e algumas famílias traziam seus avós. Em 1874 chegava a bordo do "Shakespeare" uma imigrante de 84 anos, solteira (!), em companhia da filha, genro e netos, suportando uma penosa viagem de quase 2 meses, na entrecoberta do navio.

No navio "Terpsichore", chegado em 1873, com 569 passageiros (foi, aliás, o que trouxe maior número de imigrantes, visto que esses navios traziam em média, 100 a 200 pessoas), destaca-se o grande número de mulheres mais velhas que seus maridos. A diferença de idade variava de 1 a 16 anos.

Grande era o número de homens solteiros procedentes dos países escandinavos, sempre lavradores e com idades em que o imigrante alemão já vinha com a família numerosa.

Também o grande número de imigrantes, em determinada época, de uma mesma região merece um estudo sobre as condições de vida nessa região e as causas que levava a uma emigração em massa.

A emigração para o Brasil nos meados

do século XIX era feita principalmente a bordo de veleiros, ao contrário daquela dirigida aos EEUU, que há muito utilizavam navios a vapor. Uma viagem, de Hamburgo a São Francisco do Sul, a bordo de um veleiro, levava em média dois meses. São raríssimos os casos de pessoas que viajavam na 1ª classe. O imigrante Ottokar Döerffel, por exemplo, veio na 3ª classe, enquanto sua esposa Ida, de saúde frágil, viajou na 1ª. Os imigrantes ocupavam sempre a entrecoberta, viajando portanto na 3ª classe e enfrentando toda sorte de desconforto: má ventilação, dormitórios coletivos, super-lotação, água podre, pouca comida e de má qualidade. Não raro, a "colera morbus" e o sarampo dizimavam famílias inteiras em poucos dias; nem sempre havia médicos e remédios suficientes a bordo. Muitos traziam de casa provisões de pão torrado. Quando o emigrante desembarcava, já debilitado pelas más condições de viagem, enfrentava clima e alimentação a que não estava acostumado, além de doenças como malária e tuberculose.

Tudo isto nos faz sentir uma profunda admiração e respeito por estes homens e mulheres, que, deixando tudo atrás de si, arriscavam suas vidas pela esperança de uma chance de progresso para si e seus filhos. Ao tomar a decisão de emigrar, saberiam eles o que haviam de enfrentar? O que os esperava no "Novo Mundo"?

A LITERATURA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ DE SANTA CATARINA
(Vale do Itajaí)

Romancistas e Poetas – Obras mais Significativas

PROFESSORA VALBURGA HUBER – UFRJ

Numa primeira incursão nas regiões catarinenses de colonização alemã, encontraremos romancistas como Wolfgang Ammon (S. Bento), Dr. Paul Aldinger (Hansa) e poetas como August Schnitzler, Ida Knoll, Elly Herkennoff e Ernst Niemeyer (Joinville). Sua vasta obra inclui a epopéia Teuton – "Eines Brasilianers Lied".

Dentre os escritores de passagem, escreveram sobre Santa Catarina: Maria Kahle (Blumenau), Elisa Protzen (Rio Grande do Sul), Wilhem Schweitzer (Joinville) Adolf Ringwald (Bom Retiro), Gustav e Therese Stutzer e Anni Brunner (Blumenau).

Em Blumenau, sobressaem os poetas Karl Kleine, Rudolf Damm, Georg Knoll, Victor Schleiff e os romancistas Gustav Stutzer, Therese Stutzer, Dr. Gensch, José Deeke, Emma Deeke, Gertrud Gross-Hering e polígrafo Carlos Fouquet.

Destacamos dos mais importantes dados:

Poetas: "Rudolf Damm", nascido em Dresden, em 1858; emigrado em 1888, morreu em Blumenau em 1915. Poesias mais conhecidas: "Mein Vateraus"(Minha casa paterna); "Die Pioniere" (Os Pioneiros); "Deutsche Worte, Deutsche Weisen" (Palavras alemãs, melodias alemãs). Traduções: Poesias de Olavo Bilac, Gonçalves Dias, Fagundes Varella, Guerra Junqueiro e outros.

Georg Knoll nascido em Frankfurt a.M., emigrado em 1880. Entre suas poesias e contos, destacam-se "Urwalds Prinzesschen" (A princesinha da Mata Virgem); "Der Herr Vigário Von S. Angelo" (O Senhor vigário de S. Angelo); "Erinnerung" (Recordação); "Im Hochland" (No planalto); "Am Wasserfall" (À beira da catarata); "Orangental" (O vale das laranjeiras); "Neujahr" (Ano Novo); "Der Urwaldriese" (O gigante da floresta); "Amselschlag" (O canto do melro); "Luciana"; "Weihnachten in der Einöde" (Natal na misantropia); "Ostern" (Páscoa); "Ritt in der Mondnacht" (Cavalgada em noite de luar); "Am Lagerfeuer" (Ao pé da fogueira de acampamento); "Tangará"; "Gedanken über einen Brief" (Reflexões sobre uma carta); "Michels Tod" (A morte de Miguel); "Cruzeiro"; "Schulmeisterlein" (Pequeno mestre); "Verlassenes Land" (Terra abandonada); "Teuto-brasilianer"; "Hochlandskrähe und Pinienbaum" (A gralha do planalto e o pinheiro).

Victor Schleiff nasceu em 1869 e morreu em 1953. Obra poética: "Ein Kampdrama" (Um drama campestre); "Rück-blick" (Retrospecto); "Alte und Neue Heimat" (Velha e nova pátria); "Hindenburg"; "Reminiscere"; "Pfingsten hüben und drüben (Pentecostes aqui e alhures); "An die Botin des neuen Deutschlands - Drei Sonette an Maria Kahle (À mensageira da nova Alemanha – três sonetos a Maria Kahle); "Euch, Deutsche Frauen, euch grüsst Blumenau!" (Blumenau vos saúda, mulheres alemãs!); "Das Grab im Urwald" (A Sepultura na floresta); "Heimweh" (Saudade); "Der Musterreiter", "Die ersten Einwanderer" (Os primeiros imigrantes); "Blumenau"; "Neu Breslau"; "Stimmungsbilder aus der Kolonie" (Impressões da Colônia).

Maria Kahle, visitante assídua do Vale do Itajaí, sobretudo na época da 1ª Guerra Mundial, deixou belas poesias nos livros "Liebe und Heimat" (Amor e pátria); "Deutsche Worte" (Palavras alemãs) e "Urwaldsblumen" (Flores silvestres). Publicou também várias obras na Alemanha, sendo uma poetisa sensível, a que, dentre os escritores visitantes de Blumenau, melhor dominava a arte poética.

Romancistas:

Therese Stutzer: (1841 - 1916). Viveu em Blumenau, depois em São Paulo. De seus contos, destacam-se: "Tante Charlote", "Elisabeth Baum", "Eva Katherine". Dos livros de contos: "Am Rande des Brasilianischen Urwaldes" e "Jahr in der Heide".

Gustav Stutzer (1839 - 1921). Viveu em Blumenau e mais tarde, em São Paulo, juntamente com sua esposa, acima mencionada. Obras: "Reiseerinnerungen eines alten Mannes aus den Jahren 1904 - 1914" (Memórias de viagem de um homem velho nos anos de 1904 - 1914); "Die leise Hand" - conto (A mão suave); "Geheimnisse des Seelenlebens" (Segredos da vida psíquica); "Geheimnisse des Traumes – Unterhaltungen" (Segredos do sonho. Conversas) e "Meine Therese" (Minha Teresa).

José Deeke (1875 - 1931). Nascido no Brasil, tem seus trabalhos espalhados em jornais e almanaques. Escreveu, além de uma história de Blumenau, contos e descrições dos quais se destacam "Alberto Korfeld", "Die Freundschaft" (A amizade), "Silvana", "Um das Brasil-Deutschtum", "Auf dem Wege der Politik" (No caminho da política) e outros.

Emma Deeke (1875 - 1950). Nascida no Brasil, era esposa de José Deeke e publicou, em jornais e revistas, contos, poesias e um romance chamado "Liebe und Pflicht" (Amor e dever). Entre os contos destacam-se: "August Klügers kuriose Entdeckung" (A curiosa descoberta de A.K.); "Heimkehr" (Volta ao lar); "Weihnachtserzaehlung" (Conto de Natal).

Todos estes romancistas escreveram também obras históricas e sociológicas e entre elas a de maior importância é "Gertrud Gross-Hering". Nasceu em 1879 e morreu em 1968. Veio ao Brasil com um ano de idade e tem a obra mais vasta. Romances: "Durch Irrtum zur Wahrheit" (Do erro à verdade); "Aus Kindern werden Leute" (Crianças tornam-se adultos), ambos publicados, em forma de folhetim, no jornal "Der Urwaldsbote"; "Der Weg der Frau Agnes Bach" (O caminho da Sra. Agnes Bach); "Ruck"; "Der Sonnenhof" (O sítio do sol); "Neue Wege" (Novos caminhos); "... und wenn der Wind daüber geht" (... e quando o vento passa por tudo); "Und dann kam die Lösung" (Então veio a solução); "Vereinte Kräfte" (A união faz a força); "Neue Heimat" (Nova pátria) – publicado numa revista na Alemanha – "Die Stimme des Blutes" (A voz do sangue); "Die beiden Brüder" (Os dois irmãos); "Verschlungene Wege" (Caminhos entrelaçados), os três últimos publicados em jornais; e o romance inédito "Der Ruf über's Wasser" (O chamado sobre o mar).

Livro de contos: "Frauenschicksale" (Destino de mulheres), com os contos: "Elise Lingen", "Ein Stiefkind der Natur" (Um enteado da natureza); "Mutter Wantken" (Mãe Wantken); "Das Krönlein" (A pequena coroa). Contos esparsos: "Grossvater Butzold "wandert aus" (O vovô B. emigra); "Das Stärkere" (O que é mais forte); "Peter Grotmann Erbschaft); (A herança de Peter Grotmann); "Sylvester Glocken" (Sinos de silvestre); "Die Urlaubsreise" (A viagem de férias) e "Segen ist der Mühe Preis" (A bênção é a recompensa do esforço).

Peça teatral: "Die Verbannung des Märchens" (O exílio da lenda) – perdida.

Anni Brunner. Viveu certo tempo em Blumenau, onde fundou a Editora Krystal Verlag. Escreveu um grande número de romances, dos quais citaremos somente os publicados em Blumenau: "Die Edelfalke" (O falcão nobre); "Der Fluch einer unseligen Stunde" (A maldição de um momento infeliz); "Leben ist Kampf" (A vida é luta); "Der Weisse Palast" (O palácio branco); "Weihestunden" (Horas solenes); "Der Blumenstrauss" (O

buquê de flores) e "Die Welterneuerung" (A renovação do mundo).

Carlos Fouquet. Nascido em Blumenau, em 1897. Nome de grande projeção, por seus trabalhos sobre história da colonização alemã e suas pesquisas genealógicas. Escreveu também poesias, crônicas e ensaios em diversos jornais, sendo difícil circunscrevê-lo a Blumenau, pois sua obra é de cunho nacional e universal. Entre as mais importantes estão "A família Stutzer no Brasil" (ensaio genealógico); "Das Frauenschiff" (O navio de mulheres – narrativa poética); "Die Reiners" (conto baseado na vida dos colonos); "Hermann Blumenau-Eine Erinnerung"; 1850 - 1950 (artigo de almanaque) "O imigante alemão" (estudo histórico/sociológico dos mais completos sobre o assunto).

Dentre os romances mais significativos, quanto à temática da imigração, estão os de Gertrud Gross-Hering, Emma Deeke, Gustav e Therese Stutzer.

FAMÍLIA HEINZELMANN - 100 ANOS DE JOINVILLE

SILVIA HEINZELMANN

"O passo que tomamos é importante e muito sério. Abandonamos nossa pátria para fundar uma nova pátria muito, muito longe, além do mar. A terra para a qual nos dirigimos ainda nos é estranha. As pessoas com as quais entraremos em contato nos são estranhas. Também a natureza, que os cercará, nos é estranha. Nosso empreendimento é muito sério. Nossos bens e nossa vida confiamos às ondas incertas do mar. É certo que encaramos o futuro e a nova pátria com as mais lindas esperanças. À noite, porém, tudo pode ser muito diferente do que foi pela manhã. Diante de nós está um futuro escuro e misterioso. Não sabemos o que vai nos acontecer (...). Não podemos predeterminar nenhum dia, se nos trará sorte ou desgraça, alegrias ou dor, vida ou morte. Nesta escuridão misteriosa necessitamos de um conselheiro muito fiel. E o melhor conselho para nós está no texto sobre o qual se baseia nossa meditação de hoje, Salmo capítulo 37, versículo 5: 'Entrega o teu caminho ao Senhor, confia n'Ele, e o mais Ele fará' ".

Estas palavras proferidas pelo Pastor Georg Hölzel ao grupo de imigrantes que viajava no vapor "Linda", a 14 de maio de 1854, em pleno oceano, entre o Porto de Hamburgo e o de São Francisco do Sul, refletem um pouco dos sentimentos de medo e esperança que tomam os corações daqueles que emigram – deixam sua terra para sempre, adotando uma outra na qual depositam sua esperança de dias melhores, pela qual trabalham e se sacrificam, às vezes.

Toda a história de Joinville, especialmente nos primeiros decênios, norteia-se pela imigração, de alemães, suíços, noruegueses e outros, estando,

assim, repleta de exemplos destes sentimentos e acontecimentos aos quais nos referimos.

Em 1854, imigrava o Pastor Hölzel com a esposa e uma filha, ficando em Joinville até 1858. Voltou em 1866 como pároco da Casa de Oração Protestante (hoje Igreja da Paz), e permaneceu até 1889, ano de seu falecimento. Em 1869, nasceu sua filha Louise.

No mesmo ano de 1854, entrou em Joinville o imigrante Carl Julius Parucker, este com o veleiro "Florentin". Emigrou por motivos políticos, em razão das revoluções liberais de 1848 na Europa. Aqui em Joinville teve vasta atuação na área cultural, como professor , tradutor, escritor e poeta. Com Pauline Trinks teve 14 filhos, entre eles Elise.

A ninguém é dado saber com antecedência o rumo dos acontecimentos; assim também as famílias Hölzel e Parucker não sabiam de sua ligação futura com outra família, que por essa época vivia no norte da Alemanha, em Stralsund, na Ilha de Rügen. Dois filhos desta, imigrantes, cruzaram o oceano, vindo a se fixar em Joinville. Um deles, Helmuth Heinzelmann, nascido em 3 de novembro de 1861, de profissão comerciante, aportou em Joinville a 16 de agosto de 1888, vindo com o vapor "Santos", de acordo com os registros dos imigrantes. O outro, Félix Heinzelmann, nascido em 14 de janeiro de 1860, militar e agrônomo, emigrou na mesma data ou logo em seguida, não se sabe ao certo, estabelecendo-se em Joinville como professor da Escola Alemã. Os dois tinham mais seis irmãos, filhos de Lourenço e Johanna Heinzelmann, e deles conhece-se a genealogia desde 1727, ano do nascimento de Hermann Heinzelmann, o jovem que partiu da Suábia, no sul da Alemanha, para percorrer o mundo, tendo se fixado na Ilha de Rügen.

E já na hora da chegada dos dois imigrantes deu-se a partida para a ligação das famílias Hölzel, Parucker e Heinzelmann, como conta a historiadora Elly Herkenhoff, em artigo publicado no Jornal "A Notícia", em 1977.

"Mas, como não só de pão vive o homem e nem só com realismo se escreve a história, falemos do prelúdio romântico de seu casamento (Félix Heinzelmann) aqui realizado a 28 de janeiro de 1893.

Era costume, entre os jovens da sociedade joinvilense de então, presenciarem a chegada do vaporzinho 'Babitonga' sempre que trazia novos imigrantes, desembarcados em São Francisco.

Assim sendo, também Elise Dorothea e sua melhor amiga Louise Hölzel um belo dia lá se achavam no porto – a espera do destino – exatamente quando apearam os dois recém-chegados irmãos, Helmuth e Félix Heinzelmann. Os dois rapazes alemães e as duas moças 'indígenas' – autênticas representantes da Cidade dos Príncipes – ali mesmo se conheceram, ali mesmo se falaram e o resto foi obra do amor à

primeira vista: Helmuth se casou, pouco depois, com Louise, filha do Pastor Hölzel, e Félix com Elise Dorothea, filha de Carl Julius Parucker, alemães radicados em Joinville desde 1854".

Dos dois irmãos, Félix teve maior atuação comunitária em Joinville.

Félix estudara na Escola Real de Stralsund de 1871 a 1879, tendo se transferido para o Curso Técnico de Agronomia. Em 1881, ano também do falecimento de seus pais, ingressou na vida militar em Oldemburgo, chegando ao posto de sub-oficial em 1887.

Em Joinville, talvez pela vocação pela ordem e disciplina militares, logo envolveu-se na fundação do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, em 13 de julho de 1892, sendo que em 16 de agosto de 1893, com a aproximação das tropas federalistas e a exoneração de Victor Müller, assumiu o comando da corporação.

Sob seu comando foi feito o primeiro exercício prático dos bombeiros "de cinto e capacete", a 3 de setembro de 1893, no campo de esportes da Sociedade Ginástica. Porém a "prova de fogo" dos bombeiros não haveria de ser no combate às chamas, mas na defesa da cidade que, durante o transcurso da Revolução Federalista, não possuía ainda destacamento policial. Em 21 de setembro chegava a notícia da entrada de dois navios de revoltosos federalistas no Porto de São Francisco do Sul e, em vista disso Joinville ficou em estado de tensão, pois eses revoltosos eram radicais que visavam a autonomia das províncias contra o governo federal, chegando em nome disso à crueldade do fuzilamento de mais de uma centena de civis, como havia acontecido em Florianópolis.

Foram incumbidos da segurança da cidade o Corpo de Bombeiros Voluntários, a Sociedade Ginástica e a Sociedade dos Atiradores.

Em 1º de novembro de 1893 Joinville é tomada pelo General revoltoso Piragibe, que convocou bombeiros, atiradores, ginásticos, colonos e seus cavalos para integrarem sua coluna, vinda do Rio Grande do Sul, em direção ao Paraná. Após horas de tensão, pela irredutibilidade de Piragibe, Félix Heinzelmann o faz saber da decisão dos joinvilenses em não aderir à sua coluna, dizendo ainda que Joinville possuía um exército de mil homens (os colonos) para sua defesa. Piragibe então retirou sua ordem e investiu Félix Heinzelmann como chefe da segurança de Joinville.

A partir dali Joinville teve organizada uma guarda constituída por 57 bombeiros, 28 atiradores e 20 voluntários que atuou dia e noite até 29 de janeiro de 1894, após a retirada de todos os federalistas, inclusive de outros grupos, que invadiram Joinville, e que foram dizimados no Paraná pelas tropas do governo.

Por sua atuação na Revolução Federalista de 1893, amplamente reconhecida, recebeu do Governo Federal a

Carta Patente para o Posto de Capitão Ajudante do 1º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional em Joinville (1896). Organizou também a Guarda Municipal de Joinville (1897).

Em 18 de agosto de 1897 pediu exoneração do Comando do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville por motivos de saúde.

Félix faleceu em 4 de agosto de 1898 e Helmuth em 14 de dezembro de 1937. Seus descendentes constituem-se em uma grande família de 69 pessoas que neste ano de 1990 reúnem-se para celebrar a sua imigração.

E se eles pudessem ter visto o futuro – nas palavras do Pastor Hölzel, "o futuro escuro e misterioso" – haveriam de constatar que o que imperou nestes 100 anos foi a alegria, a graça, o trabalho, a felicidade e, acima de tudo, a Vida.

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

ELLY HERKENHOFF

Segunda Parte

("KOLONIE-ZEITUNG", N.26, DE 1º DE JULHO DE 1871)

Após a abolição da escravatura dos indígenas e do tráfico de negros africanos, conforme demonstração no capítulo anterior, o contingente de escravos no Brasil atualmente se recompõe apenas por si próprio, segundo o velho princípio romano, ao mesmo tempo o princípio jurídico de toda a instituição: "o filho segue a mãe", isto é, os filhos de mulher escrava são escravos – não importa quem seja o pai. Basta, porém, que a mãe, durante o ato da concepção ou do nascimento do filho ou mesmo durante a gravidez tenha sido liberta, para que o filho seja considerado livre. Um homem livre ou alforriado não poderá voltar à escravidão. Por outro lado, segundo a Legislação portuguesa, vigente no Brasil (Ord. Lv. 4 Tít. 63 Parágrafo 7) há casos em que um alforriado poderá perder a liberdade, sobretudo em conseqüência de ingratidão ao senhor. No entanto, como o Art. 7 da Constituição, que trata dos motivos que poderão levar à perda da cidadania brasileira, nada menciona a respeito, é de se crer que a antiga legislação portuguesa tenha caducado neste particular. O mesmo item se relaciona, decididamente, com outros dispositivos enumerados na legislação do Imperador Justiniano.

Caso hoje em dia alguém se quisesse vender como escravo, a fim de conseguir dinheiro do comprador, não se tornaria escravo, como no tempo dos antigos romanos, mas seria processado por fraude, pelo fato de ser a liberdade um direito absoluto e inaliável. Um pai que, mesmo em situação de extrema penúria, quisesse vender o seu filho como escravo, seria condenado a prisão de 3 a 9 anos, além de multa em dinheiro, juntamente com o

comprador e quaisquer pessoas envolvidas na transação, que seria absolutamente anulada.

Segundo a legislação romana, os escravos não eram considerados pessoas humanas, mas sim objetos e vistos como uma espécie de animais domésticos. Tal jurisprudência há muito já se acha caducada e a legislação brasileira os considera pessoas humanas, às quais se reconhecem até certos direitos, como a proteção das autoridades em vários casos. Com base na Legislação, contam-se entre tais direitos:

1 – Os escravos poderão conseguir a alforria pela aquiescência expressa ou silenciosa do senhor. A aquiescência expressa consiste na carta de alforria, firmada em cartório ou por alforria concedida em testamento ou legado ou até mesmo por documento particular ou ainda por declaração formal do senhor, perante 5 testemunhas. Considera-se aquiescência silenciosa, nos seguintes casos: enjeitar uma criança escrava abandonada ou escravo enfermo, obrigar uma escrava à prostituição, aceitar o preço de venda de um cativo, casar uma escrava com um homem livre, concedendo-lhe um dote, reconhecer em ato público um escravo como filho, rasgar o seu título de propriedade ou entregá-lo ao escravo ou instituir o cativo seu herdeiro, etc.

2 – O escravo pertecente a vários donos, poderá, no caso de adquirir alforria da parte de um dos donos, obrigar os co-proprietários a aceitarem a cota em dinheiro de seus direitos, conseguindo assim a alforria.

3 – Escravos da Nação, pertecentes ao Governo, deverão ser alforriados, desde que pagarem o seu preço, estabelecido por um avaliador nomeado pela Tesouraria ou em caso de prestarem relevantes serviços ao Governo.

4 – Caso os escravos – sem dono – forem a leilão público, terá prioridade a oferta em benefício de sua alforria, mesmo sendo esta oferta apenas equivalente ao preço estabelecido pelo avaliador.

5 – Os escravos poderão forçar judicialmente a sua venda de um dono a outro em caso de serem comprovadamente maltratados ou excessivamente espancados. Nestes casos, os donos ainda estão sujeitos à pena, sendo que a legislação municipal encarregará as Câmaras Municipais de cuidarem para que os cativos não sejam demasiadamente flagelados, podendo incluir em suas posturas diversas cláusulas em benefício dos escravos, contra maus tratos.

6 – Em casos especiais, o Governo poderá expropriar e alforriar escravos, conforme ocorreu durante a revolução no Rio Grande do Sul, onde escravos serviram como soldados ou durante a Guerra do Paraguai, pois a farda, veste de honra, jamais poderá cobrir um cativo.

7 – Os escravos têm ainda o direito ao casamento com parceiro livre ou escravo, assim como também lhes é facultado o direito de receber quaisquer outros sacramentos – mesmo sem permissão do senhor – exceto a ordenação sacerdotal.

8 – Os escravos poderão se apresentar perante o juizado, acompanhados de um curador, como acusante ou acusado, em causas religiosas ou matrimoniais ou ainda em defesa de sua alforria.

9 – Os escravos poderão se pronunciar perante o juizado, embora tão somente como informantes e não como testemunhas – até mesmo contra os seus próprios donos, neste último caso, as autoridades judiciais deverão exigir do proprietário um compromisso de segurança, assinado de próprio punho ou seja, o compromisso de não se vingar do escravo por meio de maus tratos e no caso de não observância do compromisso, o escravo em questão terá o direito de exigir a sua venda a outrem. A legislação do País aliás, estabelece várias leis básicas, que poderão eventualmente beneficiar o escravo, quando alforriado. Segundo aqueles direitos adjetivos, a liberdade é uma prerrogativa natural do homem e as razões a seu favor são mais poderosas e mais merecedoras de atenção do que as razões a favor da escravatura. Ainda segundo os mesmos princípios, para a liberdade de uma pessoa humana sempre existe a jurisprudência, sendo que a prova em contrário cabe a quem a pretenda contestar. Deste modo, as queixas e as exceções em prol da liberdade de qualquer pessoa são fundamentadas em vários privilégios e o goveno repetidas vezes tem oposto exceção, em casos especiais, visando proteger a alforria e defender escravos contra os maus tratos de seus donos. Em concordância com aquelas leis básicas, os escravos libertos por testamento, mas ainda compromissários a determinados serviços, estão isentos do pagamento de direitos e os escravos alforriados por testamento, não poderão voltar à escravatura – mesmo que este fato resulte em prejuízo para os herdeiros – mas terão de cobrir o dano na partilha, com o produto de seu trabalho.

Por outro lado, os escravos continuam sujeitos a certas restrições e medidas preventivas, como as seguintes:

1º – Em caso de cometerem algum crime, estão passíveis de penas diferentes daquelas impostas ao cidadão livre. O Art. 60 do Código Penal reza o seguinte: "caso o acusado for escravo e condenado, que não seja à pena de morte ou grilhão, ele será condenado à chicotadas e em seguida entregue a seu dono, que se comprometerá a deixá-lo atado à grilheta, pelo espaço de tempo e pela maneira determinados pelo juiz. O número de chibatadas será determina-

do pela sentença judicial, não podendo ultrapassar o número de cinqüenta por dia". – A punição será mais rigorosa e o processo permite menor número de recursos, quando se tratar de crime cometido pelos escravos contra o seu dono ou de pessoas de sua família ou de seus hóspedes ou ainda do seu feitor ou administrador. O crime de furto, quando cometido por escravo, será considerado roubo.

2º – Os escravos não poderão viajar sem passaporte, mesmo quando acompanhados de seu dono, a não ser que sejam conhecidos das autoridades do local ou então quando duas pessoas de idoneidade, ali estabelecidas, por eles se responsabilizarem ou ainda quando se tratar apenas da viagem entre duas fazendas ou duas vilas vizinhas. Esta exigência do passaporte também se aplica, tanto aos alforriados como aos africanos livres.

3º – Tanto os juízes de paz como as autoridades policiais deverão agir com o máximo rigor contra os quilombos, evitando a sua formação ou aniquilando os já existentes. Estão igualmente proibidas as aglomerações de escravos em maior número, para divertimento ou distração, sendo que as posturas das câmaras municipais contêm dispositivos detalhados neste sentido.

4º – Os serviços de escravos estão proibidos nas repartições públicas, sendo vetado aos funcionários ali utilizarem os seus cativos. Do mesmo modo está proibida a manutenção de escravos nas colônias e tampouco deverão ser empregados na construção de estradas de ferro.

5º – Nas cidades e vilas, os senhores são obrigados ao pagamento de uma anuidade por cada escravo adulto, assim como também deverá ser pago, em caso de venda, o imposto provincial de 5% – a chamada meia cisa – sobre o preço de venda do escravo. Além desses encargos, os governos provinciais ainda cobram impostos sobre o tráfico interprovincial. Em Santa Catarina, o imposto sobre a venda de um cativo para outra província, é de 200 mil réis. A Câmara Provincial do Rio Grande do Sul aboliu o imposto sobre a venda interprovincial, criando ao mesmo tempo o imposto sobre a importação naquela Província. A venda de um escravo deverá ser concretizada por escritura pública, lavrada em cartório. Finalmente, o Governo está autorizado a vender, em leilão público, escravos da Nação, que não mais quiser.

No que se refere à posição social dos cativos, esta não é, no Brasil – com exceção talvez de algumas poucas grandes fazendas, onde há um excessivo amontoamento – nem de longe comparável ao que foi o estado de coisas reinante, por exemplo, no Sul dos Estados Unidos da América –

fato que já se evidencia pela não existência de qualquer discriminação na sociedade, em razão da cor, à qual não se dá muita importância. Negros e mulatos – sobretudo estes últimos, devido à sua faculdade de percepção e vivacidade de espírito – alcançam os mais altos cargos públicos.

A brancura da pele ou a descendência européia não conferem títulos de nobreza na sociedade – conforme se verificam na América do Norte, na Índia Ocidental e nas colônias de países europeus. Este fato beneficia bastante os escravos, já porque ninguém se acanha em conversar com eles, de passagem, lidar com eles ou estar em sua companhia. Acresce ainda, que o brasileiro não é cruel e trata bem os seus cativos, considerando-os mais como empregados domésticos, embora levado um pouco pelo egoísmo. Consciente do capital que o cativo representa, ele cuida para não diminuir o seu valor, ainda mais em face do aumento contínuo do preço dos escravos. Devido à indolência de muitos brasileiros, freqüentemente um escravo esperto chega a dominar seu dono, fazendo-o de tal modo dependente, que na realidade é ele, o cativo, o dirigente da casa. Também é fato comprovado, que muitos escravos não são tão pobres como seria de se acreditar. Nas cidades sempre sobram bastante gorjetas para qualquer escravo ativo, quando pertencente a um senhor de poucos recursos, que deixa sair livremente os seus cativos, para trabalharem fora, contra a entrega diária de determinada quantia preestabelecida. E como, além disso, costumam ter um dia livre por semana a sua inteira disposição, acontece em muitos casos, que vão acumulando uma verdadeira fortuna, com a qual compram a sua alforria ou então instalam uma loja, sob a firma de seu senhor. No interior do Império há muitos casos em que o senhor lhes doa uma área de terra para cultivo, cujo lucro reverte inteiramente em benefício do escravo. Também no interior, costumam ter um dia livre na semana. Não se trata, evidentemente, de direitos legalmente adquiridos e sim de um simples costume, que se foi introduzindo ao longo do tempo, e que demonstra, mais nitidamente ainda que as leis promulgadas, a situação suportável dos escravos no País, em muitos casos até mesmo semelhante à plena liberdade. Como, além do mais, o senhor tem encargo de fornecer alimento e roupas ao cativo, a relação entre ambos é mais segura e mais vinculatória do que o simples relacionamento com empregados, podendo se tornar assim realmente onerosa para o escravagista.

No entanto, por mais que a legislação e os usos e costumes tenham contribuído para aliviar a sorte dos escravos, toda a instituição é tão imoral e anti-cristã e tantos são os perigos que traz para a moral, para a sociedade e para o País, que não mais se coaduna com as bases sobre as quais estes se apóiam. O Brasil, que se tem em conta de país constitucional e civilizado, não mais poderá adiar por muito tempo a abolição do abjeto sistema. Esta convicção tem se aprofundado e enraizado, mais e mais, no seio de toda a população – fato este que nunca será demais enaltecer. Está se pensando seriamente na remoção desta herança de séculos passados e vergonha dos tempos atuais. Ninguém mais duvida que ela terá de desaparecer. Há divergências de opiniões apenas a respeito do "quando" e do "como". A este respeito, mais detalhes no próximo artigo.

RELATÓRIO

2º SEMESTRE

1990

RELATÓRIO – 2º SEMESTRE – 1990

ACERVOS

Documentos Manuscritos e Datilografados

Iniciamos a inventariação dos documentos do "Fundo Ficker".

Procedemos o arranjo de cerca de 15.000 processos recebidos do Fórum da Comarca de Joinville.

Acervo Fotográfico

Prosseguem os trabalhos de limpeza, catalogação e arquivamento das fotografias. Temos 440 fotografias acondicionadas e catalogadas.

Estabelecemos contato com diversas pessoas da comunidade que nos auxiliam nos trabalhos de identificação das fotografias.

Temos dado auxílio para publicação da coluna "Memória", do jornal "A Notícia", selecionando fotos e elaborando as legendas.

Durante todo o mês de setembro a funcionária deste setor, Sra. Norma Rathunde, esteve trabalhando no Fórum da Comarca de Joinville, no período vespertino, no arranjo de cerca de 15.000 processos que posteriormente transferimos para o Arquivo Histórico.

Biblioteca

Já em fase de conclusão os trabalhos de reorganização dos periódicos, onde estamos procedendo o fichamento em KARDEX e o arranjo nas prateleiras.

TRADUÇÃO E IMIGRAÇÃO

Selecionamos e listamos 445 livros doados pela Sociedade Ginástica de Joinville.

Corrigimos a listagem de imigrantes, que está sendo armazenada em banco de dados, do período de 1851 a 1859.

Listamos livros raros em alemão do acervo da Biblioteca Pública Municipal "Rolf Colin", que foram transferidos para o Arquivo.

A funcionária deste setor Sra. Maria Thereza Böbel, está prestando serviços de

seleção, catalogação e correção de fichas de obras raras em alemão, na Biblioteca Pública Municipal "Rolf Colin", no período vespertino, desde 14 de março do corrente.

INFORMÁTICA

Estamos procedendo o armazenamento em banco de dados das listas de imigrantes. Estão prontas as listas dos anos de 1851 a 1859.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL

Preparamos os índices das seguintes entrevistas já transcritas e datilografadas:

- Sr. João Guilherme Spring, entrevistado em 05.06.89, por Raquel S. Thiago;
- Sr. Oswaldo Christiano de S. Thiago, entrevistado em 06.06.89, por Raquel S. Thiago;
- Pastor Gebhard Dauner, entrevistado em 27.09.89, por Apolinário Ternes, Bellini Meurer e Ruti Buzzi;
- D. Gregório Warmeling, entrevistado em 08.06 e 12.07.90, por Apolinário Ternes, Bellini Meurer e Cláudia Lúcia de Oliveira.

Os historiadores Apolinário Ternes, Bellini Meurer e Cláudia Lúcia de Oliveira realizaram entrevistas com o Dr. Sadalla Amin Ghanem, no dia 17 de outubro do corrente.

Este setor realiza mensalmente, para divulgação na Rádio Cultura/FM, boletins com curiosidades da história de Joinville, de Santa Catarina e do Brasil e algumas notas sobre os trabalhos desenvolvidos no Arquivo Histórico. No semestre foram elaboradas um total de 85 notas.

EVENTOS

Tivemos em exposição neste Arquivo, no período de 20 a 30 de julho, dentro da programação do "Festival de Dança de Joinville", a mostra "A Dança do Universo", organizada por órgãos científicos da França, com apoio do Ministério da Cultura e do Comércio daquele país. Esta mostra foi uma promoção do SESC, Fundação Cultural de Joinville e Arquivo Histórico.

De 1º de agosto a 30 de setembro, expusemos "Joinville – Seus Tempos, Seus Lugares, Sua Gente", mostra de fotos antigas da cidade, organizada por este Arquivo em 1986, quando da inauguração da sua sede própria.

No mês de outubro, de 11 a 31, tivemos a mostra "Quarenta Anos da República Federal da Alemanha", exposição do Instituto Goethe de Curitiba, com a promoção do Instituto Cultural Brasil-Alemanha de Joinville e do Arquivo Histórico.

"Patrimônio Cultural de Santa Catarina – Sua Arquitetura ", exposição fotográfica elaborada pela Fundação Catarinense de Cultura, que esteve exposta neste Arquivo no período de 06 a 16 de novembro.

No dia 10 de novembro, cedemos o espaço para lançamento do livro de poemas "Sementes de Sonhos", de Deise Roderge.

No período de 21 a 30 de novembro tivemos a exposição "Grafites no Muro de Berlim", mostra do Instituto Goethe de Curitiba, com a promoção do Instituto Cultural Brasil-Alemanha de Joinville e do AHJ.

No mês de dezembro, de 3 a 13, tivemos a exposição de documentos organizada por Sílvia Heinzelmann, intitulada "Família Heinzelmann – 100 Anos em Joinville".

PALESTRAS

Nos dias 02 e 14 de agosto, a funcionária Celina Talita Nóbrega Koehler, proferiu palestra sobre o Arquivo Histórico de Joinville para 110 alunos da Escola Básica "João Colin".

A direção deste Arquivo proferiu palestra sobre o funcionamento do AHJ na Escola Adventista "D. Pedro I" e sobre História na Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, respectivamente nos dias 18 de outubro e 24 de novembro.

PUBLICAÇÕES

No dia 15 de agosto lançamos, no auditório da EXPOVILLE, o livro "A Maçonaria no Passado Histórico de Joinville", de autoria do historiador Dr. Cyro Ehlke (in memoriam). A obra conta a trajetória da Loja Maçônica "Amizade Alemã ao Cruzeiro do Sul", instalada em Joinville, em dezembro de 1855. A publicação teve apoio da Fundação Cultural e do movimento maçônico.

PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS, ENCONTROS E SEMINÁRIOS

De 03 a 05 de julho, a direção deste Arquivo participou do "IV Encontro de Arquivos Históricos Catarinenses", realizado em Joaçaba.

No período de 15 a 19 de outubro, as funcionárias Gessônia Leite de Andrade e Norma Rathunde participaram do Curso "Noções de Conservação, Restauração e Encadernação de Documentos – Suporte em Papel", realizado no Arquivo Público do Estado em Florianópolis.

A funcionária Chirle Roseli Garcia participou de uma reunião na Escola Técnica Tupy, sobre a aplicação do Sistema de Micro/ISIS em programas para leitura e codificação em Bibliotecas.

VIAGENS

No dia 4 de outubro, a direção deste Arquivo, participou de uma recepção especial em comemoração à unificação da Alemanha, no Consulado Geral da República Federal da Alemanha, em Curitiba.

Nos dias 22, 23 e 24 de outubro, as funcionárias Gessônia Leite de Andrade e Norma Rathunde, estiveram no Rio de Janeiro, em visita aos laboratórios de Conservação, Restauração e Encadernação de Documentos da Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional.

PESQUISAS

Genealogia 18
Outras 368

ENRIQUECIMENTO DO ACERVO

A Sociedade Ginástica de Joinville nos doou 445 livros, dos quais selecionamos 100 volumes para nosso acervo e o restante, mandamos parte para a biblioteca da FURJ e alguns livros, romances antigos em alemão gótico, para o Asilo Bethesda, em Pirabeiraba.

Recebemos de pessoas da comunidade, aproximadamente 523 fotografias p/b; 92 fotografias coloridas; 7 cartões postais; partituras; ilustrações; periódicos; ofícios; cartões de felicitações e outros documentos antigos, que estão sendo incorporados ao acervo do AHJ.

A Biblioteca Pública Municipal "Rolf Colin" transferiu para nosso acervo 149 livros raros, em língua alemã.

Cerca de 15.000 processos judiciais nos foram enviados pelo Fórum da Comarca de Joinville, sob custódia.

IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ENCADERNAÇÃO DE DOCUMENTOS

No decorrer deste semestre, implantamos o Laboratório de Conservação, Restauração e Encadernação de Documentos do AHJ, dentro do Projeto de Intercâmbio com o Governo da República Federal da Alemanha, que concedeu 24 mil marcos para compra de equipamentos.

VISITAS

Escolares

15 a 21.08 – 120 alunos da Escola Básica "João Colin".
14.08 – 60 alunos do Grupo Escolar "Dep. Lauro Carneiro de Loyola".
15.08 – 60 alunos do Grupo Escolar Municipal "Gov. Heriberto Hülse".
23.08 – 30 alunos do Grupo Escolar Municipal "Paul Harris".
23.08 – 120 alunos do Grupo Escolar Municipal "31 de Março".

Outras Visitas

No dia 7 de novembro recebemos a visita do Vice-Cônsul Geral da República Federal da Alemanha, Dr. Erhard Herd, que veio conhecer as instalações do Laboratório de Conservação, Restauração e Encadernação de Documentos do AHJ, montado com recursos concedidos por aquele Governo.

QUEM ESTÁ PESQUISANDO O QUÊ?

COLIN, Regina.
Profissão: Professora
Instituição: Particular
Endereço: Rua Orleans, 463 – Joinville
Pesquisa: Família Colin
Finalidade: publicação de um livro

MACHADO, Cacilda da Silva.
Profissão: Historiadora
Instituição: Universidade Federal do Paraná
Endereço: Av. Presidente Kennedy, 1500 Bl. A2 Ap. 106 – Curitiba (PR)
Pesquisa: Imigrantes Alemães em Curitiba
Finalidade: Mestrado

PFEIFFER, Alexandre.
Profissão: Comerciante
Instituição: Particular
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 273 – São Bento do Sul (SC)
Pesquisa: História de São Bento do Sul e sua gente
Finalidade: publicação de um livro

TANK, Valdete.
Profissão: Educadora
Instituição: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville
Endereço: Rua Dona Francisca, 600 – Joinville
Pesquisa: Sambaquis em Joinville
Finalidade: para mapeamento e registro de sambaquis no Museu